

A rua enquanto arena pública: uma análise do Canto da Rua Emergencial em Belo Horizonte

The street as public arena: an analysis of Canto da Rua Emergencial in Belo Horizonte

Giulia Parreira Xavier do Vale¹

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²

Resumo

Este trabalho aborda as contribuições da lente pragmatista para a análise do fenômeno da População em Situação de Rua (PSR), em especial para a compreensão de como a população em situação de rua incide nas ações públicas a ela voltadas. Para tanto, os principais conceitos das abordagens pragmatistas a serem mobilizados no entendimento das dinâmicas apresentadas são introduzidos. Na sequência, a população em situação de rua é apresentada através das principais abordagens da literatura científica sobre essa população, além de se discutir o problema da fragmentação de abordagens e políticas para a PSR. Parte-se da complexidade da vivência nas ruas, da diversidade de formas de atuação da população em situação de rua e da sua interação com os demais atores públicos para refletir sobre as contribuições que a abordagem pragmatista pode trazer para entender esse grupo enquanto agentes autônomos e atuantes na arena pública.

Palavras-chave: Pragmatismo. População em Situação de Rua. Políticas Públicas. Arena Pública. Ação Pública.

Abstract

This paper addresses the contributions of the pragmatist lens to the analysis of the Homeless Population (PSR) phenomenon, particularly to understanding how the homeless population affects public actions aimed at them. To this end, the main concepts of the pragmatist approach to be mobilized in understanding the dynamics presented are introduced. Next, the homeless population is presented through the main approaches in the scientific literature on this population, in addition to discussing the problem of fragmentation of approaches and policies for PSR. It starts from the complexity of living on the streets, the diversity of how the homeless population acts and their interaction with other public actors to reflect on the contributions that the pragmatist approach can bring to understanding this group as autonomous and independent agents. active in the public arena.

Keywords: Pragmatism. Homeless. Public Policies. Public Arena. Public Action.

¹ Mestranda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail:* giulia_parreira@hotmail.com

² Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). *E-mail:* armindo.teodosio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir bases teóricas capazes de problematizar a incidência da população em situação de rua (PSR) nas políticas públicas a ela direcionadas e/ou que atravessam sua existência no contexto urbano brasileiro contemporâneo. Para tanto, o movimento de análise parte da observação do revolvimento da arena pública que se constrói em Belo Horizonte em torno do fenômeno da população em situação de rua ocasionado pela situação de prova constituída pela pandemia da Covid-19. A análise busca compreender a centralidade da população em situação de rua nas disputas e acordos firmados, bem como a sua efetiva incidência nas políticas públicas para ela direcionadas.

As disputas traçadas em torno das soluções endereçadas para a questão da população em situação de rua sugerem uma indefinição do próprio problema público: a população em situação de rua é afetada por problemas públicos ou ela é o problema público? Em quais questões se desdobra o problema público atinente à população em situação de rua? A acirrada disputa sobre a definição dessa questão compreende não apenas manifestações públicas, mas também, um intenso jogo de bastidores (Cefaï, 2017b), a realização de parcerias, a mobilização de atores-chave, a construção conjunta e articulada de estratégias de publicização e de ação, o manejo de instrumentos legais e institucionais, a construção de narrativas e a realização de movimentos de investigação e experimentação. Nesse cenário, a população em situação de rua busca romper com lógicas nas quais se tenta inseri-la nas políticas públicas de forma tutelada ou em condição opinativa. Essa busca por protagonismo por parte da população em situação de rua nas políticas públicas traz a centralidade sobre os problemas a serem enfrentados a partir das suas vivências, a coprodução de soluções e mecanismos de ação, a legitimação ou não de discursos e ações produzidos por outros atores, a articulação de estratégias, a ocupação de espaços institucionais e informais e a mobilização de atores-chave.

A articulação que se desenvolve na arena pública da população em situação de rua em Belo Horizonte extrapola as perspectivas de análise que não voltam o olhar para as interações entre entidades privadas, públicas e a sociedade civil. A população em situação de rua reclama e disputa a titularidade e a definição dos problemas públicos que a afetam, atribui responsabilidades,

define aliados e elege vilões. Além disso, ela envolve-se ativamente em dinâmicas discursivas e de ação que interferem diretamente nas políticas públicas a elas voltadas.

Essa multiplicidade de formas de interação e ação sugere a insuficiência das abordagens fragmentadas do fenômeno da população em situação de rua, ora por parte do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), ora sua atuação estatal ou das ações promovidas pela sociedade civil para traduzir a complexidade do cenário e abordar as diversas relações entre esses atores. Dessa forma, este trabalho propõe reflexões sobre como a utilização de uma lente pragmatista pode contribuir para compreender a realidade observada, que suscita perguntas como: quais são os problemas públicos concernentes à população em situação de rua? Quais são os esforços de definição do problema público correlato à população em situação de rua e como eles incidem nas políticas públicas? Como entender as formas em que a população em situação de rua se coordena e se articula para fazer valer as suas demandas, enfrentar disputas ou controvérsias? Como esses processos incidem nas políticas públicas? Várias são as indagações colocadas, que se articulam ao redor de uma pergunta principal a saber: como compreender a atuação da população em situação de rua sobre as políticas públicas urbanas em Belo Horizonte levando em consideração de bases teóricas capazes de lidar com a complexidade desse fenômeno?

O presente trabalho se desenvolve a partir de uma revisão bibliográfica sobre temas como a abordagem pragmatista francesa das arenas públicas, problemas públicos e ação pública; as políticas públicas para a população em situação de rua e suas contradições, no que tange à participação e ao protagonismo da população em situação de rua; e a experiência da Frente Humanitária Canto da Rua Emergencial no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no município de Belo Horizonte e os processos por ela desencadeados. Dessa forma, busca refletir sobre as contribuições da lente pragmatista na compreensão da centralidade da população em situação de rua na arena pública.

2. PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS E AÇÃO PÚBLICA

Cefaï (2012) introduz a questão do público como um contraponto à noção de processo político. O autor afirma que o “público” não é um organismo político ou

social, mas sim, uma complexa rede de interações que se articula em torno de problemas públicos. Em uma dinâmica de emergência, dirigidos pela necessidade de dar resposta a uma situação crítica que rompe com a normalidade do cotidiano, as pessoas se agregam em torno da questão percebida como problemática, buscando compreendê-la, defini-la e controlá-la (Cefaï, 2012). Nesse movimento, tecem-se disputas, conflitos, acordos e cooperações. Performam-se cenas, discursos e ações — mais ou menos teatralizadas — com o objetivo de compreender e definir a situação problemática que, por meio dessa publicização, recebe atenção pública e passa a ser objeto de tratamento pela ação pública, passando a constituir, assim, um problema público (Cefaï, 2012).

Zittoun (2021) afirma que a abordagem pragmática das políticas públicas procura trabalhar de forma simétrica tanto a definição e propagação de problemas quanto a construção e difusão de propostas. Para o autor, apesar da importante presença de abordagens construcionistas e pragmatistas na análise de políticas públicas contemporâneas, “esse não é o caso quando os pesquisadores se concentram na elaboração de propostas e no processo de tomada de decisão que as acompanha” (Zittoun, 2021, p. 114-115). Sendo assim, há a urgência e necessidade de avanços na problematização da construção de propostas e decisões públicas, como aquela que levou ao surgimento do chamado “Canto da Rua Emergencial” — que se analisará mais à frente no presente artigo.

Mello (2019) aponta que a chamada “segunda onda” da sociologia pragmática, através dos estudos de Francis Chateauraynaud, busca ultrapassar o enfoque eminentemente etnográfico dos estudos de Cefaï, mobilizando as teorias da argumentação. Com isso, cabe problematizar o trabalho político a partir das controvérsias argumentativas nas quais os atores estão envolvidos, levando a metaconfiguração das causas em jogo. Dessa forma, na micropolítica também estão implicadas controvérsias e disputas argumentativas, performadas pelos atores ao redor das políticas públicas, que têm implicações para a compreensão mais ampla das questões e problemas implicados nessa arena.

Sob esse enfoque, abre-se espaço para a compreensão do cidadão comum como um ator público que é capaz de propor e de construir soluções para os problemas públicos que lhe afetam. Isso ocorre a partir da sua vivência,

dos processos de investigação, de descoberta e de experimentação por ele conduzidos (Andion; Magalhães, 2021).

As experiências de cada um dos atores públicos em relação às situações problemáticas são permeadas por ações e emoções (Krieger, 2020). Emergem angústias, sentimentos de injustiça, dinâmicas de solidariedade, apoio, identificação, legitimação e incômodos que contribuem para a percepção daquele problema e influem na dinâmica da sua definição, uma vez que os diferentes públicos, ao performarem na arena, lançam mão desses elementos em busca de moldar a cultura pública sobre o tema (Cefai, 2017b).

Nesse quadro teórico e analítico, a sociologia pragmática permite um deslocamento do eixo de compreensão das políticas públicas para uma ideia de ação pública, que a extrapola e direciona o foco para as ações voltadas à solução de problemas públicos a começar dos processos de investigação, experimentação e co-domínio das situações problemáticas (Andion; Magalhães, 2021).

3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

O fenômeno da população em situação de rua é marcado por sua heterogeneidade e por particularidades vinculadas ao território e ao contexto social em que se manifesta, comportando, portanto, diversas definições.

Em cartilha produzida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) é apresentada uma das definições da população em situação de rua, levando em consideração a sua própria percepção:

Somos ainda vítimas do atual sistema político, que, na cegueira do capital, tem produzido milhares de novos moradores de rua a cada ano [...] somos, por fim, um povo sonhador, que acredita em um amanhã melhor, que aposta no país e que, por acreditar, mantém acesa em si a esperança (Minas Gerais, 2010).

Por outro lado, nos campos das políticas públicas e das produções acadêmicas, é amplamente utilizado o conceito adotado no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional da População em Situação de Rua, que define o termo “população em situação de rua” como

[...] grupo populacional heterogêneo que utiliza como espaço de moradia e sustento os logradouros públicos, de forma temporária ou permanente, e as unidades de acolhimento, que tem em comum a

inexistência de moradia convencional regular, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e a pobreza extrema (Brasil, 2009).

O fenômeno da população em situação de rua é caracterizado por Silva (2006, p. 82-95) através de seis aspectos: a) a multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua; b) o fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade; c) sua localização nos grandes centros urbanos; d) a marca do preconceito no valor moral e no grau de dignidade atribuídos pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; e) as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta; f) a naturalização do fenômeno pela sociedade, que se expressa, dentre outros fatores, pela responsabilização exclusiva das pessoas por ele afetadas pela situação em que se encontram, pela inexistência de políticas públicas sociais universalizantes voltadas a esse público e pela escassez de dados e informações científicas sobre o fenômeno.

É farta a literatura científica acerca das condições que levaram as pessoas à situação de rua (Rizzini; Couto, 2019), do modo de vida nas ruas (Gramajo *et al.*, 2023) e das múltiplas violências a que essas pessoas são submetidas (Nardes; Giongo, 2021). Percebe-se uma lacuna na produção de conhecimento envolvendo a população em situação de rua no que tange a problematizar a sua potência, o seu papel enquanto agentes de inovação, protagonistas de suas próprias histórias e atores sociais que interagem com outros atores e com as organizações, e concorrem para a transformação da ordem pública.

Sicari e Zanella (2018), ao realizarem uma revisão sistemática de produções científicas sobre a população em situação de rua no Brasil, encontraram 81 dissertações e 7 teses defendidas no período entre 2006 e 2016 — sendo a maior parte delas produzidas em programas de Pós-Graduação em Psicologia (26,13%), em Saúde Pública e Saúde Coletiva (7,95%) e em Serviço Social (7,95%).

Temas comuns na investigação científica, com relação à participação da população em situação de rua na construção das soluções a elas direcionadas, compreendem a visão das instituições acerca das pessoas em situação de rua (Dantas, 2012), formas de participação institucionalizada (Lima; Oliveira, 2012), o processo histórico de construção da Política Nacional para a População em

Situação de Rua (Machado, 2020), e a intersectorialidade das políticas públicas para essa população (Martins *et al*, 2023).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (Brasil, 2009), propõe, para a sua efetivação, o protagonismo das pessoas em situação de rua por meio da sua atuação em movimentos sociais (Brasil, 2009, p. 4). Essa política, instituída pelo Decreto, objetiva propiciar o acesso pleno das pessoas em situação de rua aos direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, a oportunidades de desenvolvimento social pleno, bem como a sua integração ou reinserção em redes familiares e comunitárias, “considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua” (Brasil, 2009, p. 4).

Qual seria a extensão do protagonismo da população em situação de rua, propagado pelo Decreto nº 7.053/2009, na efetivação das políticas públicas que lhes concernem e de que maneiras a população em situação de rua participa desse processo?

As dinâmicas de organização das pessoas em situação de rua remontam à década de 1960 em algumas cidades brasileiras, tendo se consolidado em 2004, com o surgimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR, 2010). Inicialmente, o Movimento aparece em São Paulo e Minas Gerais, como resposta ao que é conhecido como “A Chacina da Sé”, episódio em que quinze pessoas em situação de rua foram agredidas, das quais sete faleceram (MNPR, 2010).

O MNPR busca combater as violações de direitos e intenta a promoção de condições dignas de vida às pessoas em situação de rua, por meio da “luta organizada em defesa dos direitos e por políticas públicas” (MNPR, 2010, p. 24). Valendo-se do lema “nada sobre nós, sem nós”, o MNPR reivindica o direito de participação nas deliberações e na construção de políticas públicas que se destinam às pessoas em situação de rua, reafirmando seu lugar enquanto sujeitos autônomos, ocupando seu lugar de fala e reclamando o protagonismo na transformação das suas realidades (Sicari; Zanella, 2020).

Almeida (2015) realça que a consolidação do MNPR levou a uma transposição da preponderância das ações caritativas e assistencialistas, por vezes vinculadas a instituições religiosas, para ações do Estado em resposta às reivindicações da população em situação de rua. Apesar dos esforços do MNPR,

Oliveira e Moura-Paula (2022) criticam a construção das políticas públicas para a população em situação de rua, afirmando que prevalecem nessas políticas um olhar fragmentado, que não leva em plena consideração as demandas dessa população ou a necessária promoção da sua cidadania e autonomia. Honorato e Saraiva (2017) apontam para a insuficiência das políticas sociais no Brasil em estabelecer uma proposta que atenda às reais necessidades da população em situação de rua.

Sicari e Zanella (2020) relatam as tensões existentes dentro do próprio MNPR, a partir da percepção de pessoas em situação de rua sobre a falta de representatividade dentro do próprio Movimento, os conflitos entre as dimensões da visibilidade e o direito de “ficar invisível”, e do sentimento de uma liderança do movimento de “institucionalização do seu modo de existir” (Sicari; Zanella, 2020, p. 1066). Oliveira e Guizardi (2020), em estudo acerca da elaboração da política pública de saúde e assistência social para a população em situação de rua no Distrito Federal, concluíram que a prescrição legal de protagonismo da população em situação de rua não se efetivou, tendo sido constatada a predominância estatal na condução da política e um cerceamento do processo decisório e da participação democrática.

De Lucca (2007) discute a manifestação política do fenômeno da população em situação de rua no espaço público da cidade de São Paulo. O autor identifica processos de publicização, interrogação e contestação do fenômeno da população em situação de rua por múltiplos agentes, caracteriza as performances realizadas em atos políticos e analisa as identificações construídas discursivamente. Apesar do estudo de De Lucca (2007) identificar a população em situação de rua como um ator público, analisar as relações estabelecidas entre os atores e a existência de “jogos de verdade”, ele aborda os modelos de enunciação como de caráter político-reivindicatório, as disputas como relativas à definição e à problematização dos próprios atores e de suas posições, e a capacidade de ação e articulação política da população em situação de rua como “muito dependentes do apoio de entidades que desenvolvem projetos sociais com a população de rua” (De Lucca, 2007, p. 138).

Ao analisar a importância da atuação da sociedade civil no enfrentamento da Covid-19 no Brasil, que abarcou em ações voltadas para a população em situação de rua, Andion (2020) suscita a necessidade de uma abordagem

multicêntrica do escopo de governar, que convida a um olhar de interação e coordenação conjunta entre a sociedade civil e o Estado.

Como será discutido na próxima seção deste trabalho, as recentes conformações assumidas pela arena pública existente em torno da questão da população em situação de rua em Belo Horizonte, em especial a contar da pandemia da Covid-19, sugerem a necessidade de avançar com os estudos realizados por De Lucca (2007) para compreender também como as articulações discursivas e de ação empreendidas pela população em situação de rua possibilitam que ela incida ativamente e com protagonismo nas ações públicas a ela voltadas.

4. A “RUALOGIA” NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E SEUS DESDOBRAMENTOS

De acordo com dados extraídos do CadÚnico e sistematizados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, em março de 2021 o Brasil contava com 160.097 pessoas em situação de rua, das quais 8.840 pessoas se encontravam em Belo Horizonte (Dias, 2021). Essa população foi especialmente afetada pela pandemia da Covid-19, que agravou ainda mais as diversas vulnerabilidades às quais ela está submetida.

Em resposta ao cenário de crise e diante da insuficiência das políticas públicas para o enfrentamento da situação (Maciel; Silva; Souza, 2020), movimentos sociais, empresas, entes e órgãos públicos, organizações da sociedade civil e cidadãos se mobilizaram para a criação da Frente Humanitária Canto da Rua Emergencial, que visou promover condições para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 pela população em situação de rua (Nogueira, 2021). Capitaneado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, o Canto da Rua Emergencial foi desenvolvido em parceria com diversos outros atores sociais, como, por exemplo, o Instituto Unibanco, a Prefeitura de Belo Horizonte, o Vicariato para Ação Social, Política e Ambiental, o MNPR, o MPMG, o Programa Polos Cidadania da UFMG, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a ArcelorMittal, a Fiat Automóveis, a Localiza e o Inaper.

Como parte da frente humanitária, instalou-se na Serraria Souza Pinto, tradicional espaço de eventos de Belo Horizonte, uma grande estrutura que funcionou como centro de referência para a população em situação de rua. Essa

estrutura buscava atender às suas necessidades prementes como: atendimento de saúde e psicossocial, banho, lavagem de roupas, solicitação de documentos, água potável, alimentação, atendimento pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público, atendimentos aos animais de estimação, acesso a serviços por meios digitais dentre outros (Nogueira, 2021).

Nogueira (2021) afirma que o espaço foi construído baseado em uma metodologia participativa, que tinha por objetivo a construção de vínculos entre as pessoas atendidas e a equipe, a horizontalidade nas relações e a ênfase na escuta e no acolhimento. Houve a inclusão das pessoas em situação de rua como trabalhadores no Canto da Rua, contribuindo não apenas para a geração de renda, mas também para a construção de um sentimento de pertencimento, de apropriação do espaço, de legitimidade das ações realizadas e de maior promoção de consciência das atendidas acerca dos seus direitos. A autora afirma que essa metodologia inclusiva e participativa foi apontada pela população em situação de rua como o grande diferencial da iniciativa (Nogueira, 2021).

O Canto da Rua Emergencial atendeu em média 740 pessoas por dia, totalizando, entre junho de 2020 e agosto de 2021, 240.497 atendimentos a um contingente de 9.945 pessoas (Bove, 2021). A iniciativa se encerrou em 27 de agosto de 2021. A metodologia participativa e uma atitude reflexiva possibilitaram expandir o entendimento sobre os problemas enfrentados pela população em situação de rua baseando-se em suas próprias reivindicações e na forma como se valiam do equipamento. Por meio dessa iniciativa, foi constatado que: a população em situação de rua carece de acesso à água potável; o serviço mais demandado foi o de acesso a instalações de banho e sanitários; houve ampla utilização do espaço de lavanderia e foi reforçada a necessidade da disponibilização de estruturas de guarda-volumes. Esse aprendizado coletivo, a partir de processos de experimentação e investigação com vistas ao enfrentamento de um problema público, resultou na reivindicação, por parte da população em situação de rua e de entidades aliadas, da implementação de um equipamento público que atenda às necessidades constatadas.

O encerramento do Canto da Rua Emergencial suscitou preocupações, indignações e debates sobre a iminência de um retrocesso na condição de

(des)assistência da população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Dentre as manifestações e articulações que circundaram o encerramento das atividades do Canto da Rua Emergencial, foi criado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, o grupo de trabalho “BH sem morador de rua”, com o objetivo de “debater soluções possíveis para o crescente número de pessoas em situação de rua na capital” (Belo Horizonte, 2021).

O grupo de trabalho realizou visitas técnicas a equipamentos de assistência social da cidade de Belo Horizonte, bem como cinco audiências públicas acerca do tema da população em situação de rua. A primeira, em 26 de agosto de 2021 visou ao debate com “pessoas atuantes na questão dos moradores de rua de BH” (Belo Horizonte, 2022, p. 10) e contou com a presença de representantes do MNPR, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, do Canto da Rua, do Fórum Mineiro de Saúde Mental, do Programa Pólos de Cidadania da UFMG e da Casa de Acolhimento Transitório. A segunda audiência pública, realizada em 23 de setembro de 2021, contou com a presença de representantes do Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Comissão dos Diretores Lojistas de BH e da Associação dos Empresários do Barro Preto. A terceira audiência pública, realizada em 21 de outubro de 2021, visava debater o tema com “representantes das entidades atuantes nas questões da segurança pública em Belo Horizonte” (Belo Horizonte, 2021, p. 12).

Foram realizadas mais duas audiências públicas. A primeira delas tinha o objetivo de “apresentar e mapear um levantamento de dados e possíveis soluções para atender às pessoas em situação de rua”, na qual, “por serem levantadas questões técnicas”, houve a presença da Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte e do pesquisador Tiago Gonçalves de Azevedo (Belo Horizonte, 2021, p. 13). A última audiência pública foi realizada para “apresentar os serviços realizados pelas entidades sociais que trabalham com dependentes químicos e que atendem as pessoas em situação de rua” (Belo Horizonte, 2021, p. 13). O grupo de trabalho culminou na proposição do Projeto de Lei nº 340/2022 do município de Belo Horizonte, que possuía o intuito

declarado de instituir a Política Pública Intersectorial para Atendimento à População em Situação de Rua em Belo Horizonte.

O Projeto de Lei nº 340/2022, dentre outras disposições, permitia expressamente o recolhimento de pertences das pessoas em situação de rua que configurassem o seu estabelecimento permanente em local público ou de fruição pública por mais de vinte e quatro horas, como, por exemplo, colchões, barracas, cobertas e sofás. Previa também o encaminhamento de dependentes alcóolicos e químicos para comunidades terapêuticas e a possibilidade de aplicação de multa à família de pessoas em situação de rua que “apresentarem indícios de incapacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil” (Belo Horizonte, 2022, p. 8).

A propositura do Projeto de Lei nº 340/2022 provocou convulsão social e intensas disputas que se constituíram em torno da sua votação e da definição dos problemas públicos e modos de acepção do fenômeno da população em situação de rua em Belo Horizonte. Essa mobilização culminou na retirada do projeto (Belo Horizonte, 2022), mas as acepções do problema público e as ideias que o envolvem seguem sendo disputadas (Belo Horizonte, 2023), por meio de articulações que vão de atos públicos a reuniões em gabinetes de vereadores, órgãos públicos, fóruns, comitês, entidades do terceiro setor, movimentos sociais, manifestações em mídias sociais, em uma busca pelo controle da narrativa e pelo poder de incidência na política pública municipal para a população em situação de rua de Belo Horizonte.

5. A LENTE PRAGMATISTA NA COMPREENSÃO DA INCIDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste trabalho, adota-se a hipótese de que a lente pragmatista pode contribuir para a investigação dos fenômenos observados, de modo a compreender a população em situação de rua enquanto ator social essencial nessa arena pública.

Tendo a rua como espaço simbólico de arena pública (Cefaï, 2017a), as pessoas em situação de rua interagem com a sociedade, as instituições, a sociedade civil, as empresas e o Estado. Essas interações são atravessadas por diferentes dinâmicas não excludentes e, muitas das vezes, simultâneas, marcadas pela cooperação, competição, disputa e defesa de seus pontos de

vista e participação na constituição (Cefaï, 2017b), publicização e enfrentamento dos problemas públicos que envolvem suas existências. A população em situação de rua é agente (des)legitimador de ações e argumentos, disputa o controle das narrativas, a definição dos problemas públicos que lhe afetam, dialoga, coopera, investiga, experimenta e participa da construção e da implementação das ações públicas, que visam aos problemas em torno dos quais ela se mobiliza.

A utilização de uma lente pragmatista pode contribuir para o direcionamento do olhar para “rualogia”, termo utilizado pela população em situação de rua para referir-se ao “saber da rua”, a sua vivência e os conhecimentos adquiridos a partir da trajetória nas ruas. Assim, entendem-se as pessoas em situação de rua como protagonistas da arena pública, prestigiando o seu papel de cidadãos que contribuem para o enfrentamento dos problemas públicos que lhes concernem.

Essa abordagem é capaz de trazer novas perspectivas para os estudos sobre políticas públicas, capazes de levar a compreensões mais profundas e complexas da realidade e da ação pública das pessoas em situação de rua. Esse esforço epistemológico, teórico e metodológico pode ajudar na abertura de novas agendas de pesquisa sobre as políticas públicas que atravessam a existência de diferentes grupos vulnerabilizados, marcados pela construção de uma cidadania incompleta e pela violação sistemática de direitos, como acontece com a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Hellen Tattyanne de. **O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=376. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ANDION, Carolina. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p. 936-951, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200199>. Acesso em: dez. 2023.
- ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 36, n.2, p. 513-543, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020007>. Acesso em: dez. 2023.
- BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **CPI – População em situação de rua**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/t%C3%B3picos/cpi-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **GT “BH sem Morador de Rua” quer avançar nos estudos e vai conhecer projeto**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2021/08/gt-%E2%80%9Cbh-sem-morador-de-rua%E2%80%9D-quer-avan%C3%A7ar-nos-estudos-e-vai-conhecer>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 340/2022**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/340/2022>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- BOVE, Maria Cristina. A população em situação de rua na pandemia da COVID-19. In: CICLO DE DEBATES PRÉ JORNADA DE DIREITOS HUMANOS, 2021, Belo Horizonte. **Palestra** [...]. Belo Horizonte: Extensão UFMG, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sp2Cw0RlxQA>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.
- CEFAÏ, Daniel. ¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (org.). **La herencia del pragmatismo**. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2012. p. 51-81.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... : o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 187-213, mar. 2017a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: dez. 2023.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... : o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 129-142, jul. 2017b. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2017/09/07_cefai_108_p128a143_site.pdf. Acesso em: dez. 2023.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral *et al.* Políticas Públicas sobre Drogas e População de Rua: humanização ou coisificação dos sujeitos? **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97861>. Acesso em: dez. 2023.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIAS, André Luiz Freitas (org.). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**: relatório técnico-científico. Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GRAMAJO, Carolina Siomionki *et al.* (Sobre) viver na rua: narrativas das pessoas em situação de rua sobre a rede de apoio. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 43, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243764>. Acesso em: 20 dez. 2023.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Quando a casa é a marquise, o albergue, a rua: discursos e políticas sociais para pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. **Administração Pública e Gestão Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 244-254, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v9i4.5015>. Acesso em: dez. 2023.

KRIEGER, Morgana Gertrudes Martins. **Urban conflicts in Medellín and São Paulo**: devices, courses of action and regimes of engagement towards the right to the city. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

LIMA, Cristiane Martins; OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. Participação popular dos moradores de rua na gestão pública do município de Porto Alegre, RS. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, p. 161-172, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.18066/revunivap.v18i32.60>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. A construção da política nacional para população em situação de rua. **Temporalis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 102-118, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p102-118>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MACIEL, Lidiane Maria; SILVA, Marília Goulart; SOUZA, Adriane Aparecida Moreira. A população em situação de rua diante da pandemia: um estudo de caso ampliado entre São José dos Campos/SP e São Paulo/SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, São Paulo, v. 8, n. 63, p. 205-225, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17271/2318847286320202514>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTINS, Ana Luísa Jorge *et al.* A interface entre as políticas públicas para a população em situação de rua: revisão integrativa. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 2403-2416, ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.14232022>. Acesso em: dez. 2023.

MELLO, Fabrício Cardoso de. As transformações de Francis Chateauraynaud: percepção e reflexividade na segunda onda da sociologia pragmática francesa. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 159-184, jan./abr. 2019. Disponível em:

https://revistappgsa.ifcs.ufri.br/wp-content/uploads/2019/02/6-v9n01_FabricioCardosoMello_resumo-abstract.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Direitos do morador de rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania**. Belo Horizonte: MPMG, 2010. Disponível em: https://issuu.com/asscom/docs/cartilha_moradores. Acesso em: 20 dez. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar: cartilha para formação política**. [São Paulo]: MNPR, 2010.

NARDES, Scarleth; GIONGO, Carmem Regina. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e66011, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n166011>. Acesso em: 20 dez. 2023.

NOGUEIRA, Maria Tereza de Almeida Granha. **Pandemia e solidariedade: conhecendo a frente humanitária canto da rua emergencial e os desafios da população em situação de rua, em tempos de pandemia da Covid-19**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51019>. Acesso em: 5 ago. 2023.

OLIVEIRA, Alison; GUIZARDI, Francini Lube. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n.3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190650>. Acesso em: dez. 2023.

OLIVEIRA, Caroline de Almeida de; MOURA-PAULA, Marcos Júnior de. Análise de políticas públicas para as pessoas em situação de rua pela ótica da gestão social. **Amazônia, organizações e sustentabilidade**, Belém, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i1.2104>. Acesso em: dez. 2023.

OLIVEIRA, Gislaine Cristina Moraes de. Tipificação e fatores associados à ocorrência de violência em pessoas em situação de rua em um município de Minas Gerais, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1607-1617, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.13582022>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 105-122, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1058-1079, dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/23422/18870>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicol., Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 38, n.4, p. 662-679, out./dez 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível

em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_08c8a611380d7e165702052de79a69ff. Acesso em: 19 out. 2022.

ZITTOUN, Phillip. A abordagem pragmática das políticas públicas. *In*: PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília, DF: Enap, 2021. cap. 6, p. 114-134.